

Por Antonio Penteado Mendonça

Onda de violência que se alastrou pelo País nos últimos meses, com incêndio de ônibus, afeta o patrimônio das empresas e a qualidade do transporte para os cidadãos.

Ao longo dos últimos meses o Brasil tem assistido ao crescimento de uma onda de violência estúpida, que tem atingido principalmente as empresas de transporte coletivo, com a destruição de centenas de ônibus, a pedradas ou fogo. Afirmar que estas ações são espontâneas e refletem a insatisfação da população com tudo e mais alguma coisa seria ingenuidade. Da mesma forma que seria excessivo dizer que tudo não passa de uma enorme articulação do crime organizado em nível nacional, destinada a desmoralizar a autoridade pública e implantar o caos no País. Nem tanto à terra, nem tanto ao mar.

É necessário analisar cada evento isoladamente, suas causas, objetivos, formas de consecução, pessoal envolvido e local onde acontece. Pode acontecer de um grupo se revoltar por conta de uma ação desastrada ou não da polícia e incendiar um ou dois ônibus ou automóveis que estariam circulando no pedaço. Mas, se isto acontece, na origem do ato de vandalismo está a quase certeza da impunidade, fruto do que aconteceu a partir do ano passado, quando a polícia foi praticamente impedida de agir nas manifestações de rua que tomaram boa parte das grandes cidades brasileiras.

Diante da inação do poder público fica mais fácil extrapolar. É essa a ideia que vai se consolidando como regra, tanto entre a população, como entre o crime organizado. “Eu fico bravo, quebro tudo e ninguém pode me prender porque sou um cidadão protestando.” “Se não estou infringindo a lei? Que lei? O que vale é meu direito de protestar e destruir. O resto é problema de quem quer arrumar problemas. Eu só quero saquear lojas, roubar televisores, celulares, tablets e computadores. Levar pra casa sem pagar frutas e verduras, arroz, feijão e carne fresca.”

É lamentável, mas este é o espetáculo que o Brasil está pronto a mostrar ao mundo. Quem ganha com isso? O crime organizado, que estende seus tentáculos para áreas ainda fora do seu poder. Como a polícia não pode atuar como polícia, com absurdos do gênero: “por que não atirou na perna, em vez de mirar no peito?”, tolhendo a capacidade operacional da organização encarregada de manter a ordem, o crime organizado, usando seus quadros e, quando convém, a população mais carente, vai ocupando espaço, se consolidando, expandindo seu poder.

O resultado mais visível é a destruição dos ônibus. No começo a ação era na rua, um veículo depois do outro. Agora, a coisa mudou de patamar. Já estão atacando as garagens das empresas de ônibus e ateando fogo em dezenas de veículos de uma só vez.

A primeira vez, se não me engano, foi em Porto Alegre. Numa greve, ou num movimento reivindicatório, invadiram uma garagem e destruíram 36 ônibus estacionados nela. Depois foi em São Paulo. De madrugada invadiram uma garagem de uma das maiores empresas de ônibus da região e incendiaram mais de 30 coletivos.

O dado dramático é que, em função destas ações, milhares de pessoas estão sendo afetadas pela falta de transporte coletivo. Mas, além disso, que significa também prejuízo para o País, os ônibus custam caro. Segundo o representante da empresa atacada em São Paulo, o prejuízo com o incêndio dos ônibus chega perto dos R\$ 10 milhões. Ou seja, apenas duas ações causaram prejuízos de mais de R\$ 20 milhões. Com uma agravante: a empresa paulista admitiu que não tem seguro, situação provavelmente semelhante à da gaúcha.

O seguro existe para evitar que a sociedade tenha que arcar com os custos dos sinistros, preservando a capacidade de investimento em prol de ações geradoras de novas riquezas. Quando uma empresa tem 30 ônibus destruídos numa única noite, não há como não sofrer impacto no caixa, além da perda patrimonial, que terá que ser reposta com recursos de outras finalidades, entre elas o aumento da frota e a melhora da qualidade. Exceto para o crime organizado,

vandalismo não é heroísmo, nem valentia. É burrice, covardia e um tiro no próprio pé.

**Fonte:** Estado de São Paulo, em 19.05.2014.